

Por último, importa salientar a forma sugestiva como este trabalho se encontra redigido, que transforma a sua leitura numa experiência bastante agradável.

Em suma, estamos perante um estudo de indiscutível interesse para todos os que – académica ou profissionalmente – se interessam pelas problemáticas da juventude e pelos processos de construção da «identidade nacional» no espaço europeu.

Mariana Dias

NOTAS

⁽¹⁾ (Op., p. 185)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

França, L. (1993), *Portugal, Valores Europeus e Identidade Cultural*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Panel, C. (1997), National Values and Their Role in Learning, *Comparative Education*, vol. 33, pp. 349-373.

Sharpe, K. (1997), The Protestant Ethic and The Spirit of Catholicism, *Comparative Education*, vol. 33, pp. 329-348.

VIEIRA, RICARDO (1999)

HISTÓRIAS DE VIDA E IDENTIDADES – PROFESSORES E INTERCULTURALIDADE

Lisboa: Edições Afrontamento

Ricardo Vieira publicou, nas Edições Afrontamento, um interes-

sante livro a que deu o nome de *Histórias de Vida e Identidades – Professores e Interculturalidades*, livro esse que resultou do trabalho feito para a sua dissertação de doutoramento.

Ao procurar perceber como é que «professores, pais, filhos, actores implicados, formados e iniciados noutros sistemas educativos» ... «interiorizam as intenções de mudança anunciadas por uma reforma educativa», Ricardo Vieira propôs-se «conhecer as representações sociais que os sujeitos atrás citados elaboram da mudança educativa que se quer para uma escola mais democrática e de sucesso para todos» (1999:20).

No texto, o autor explica a hipótese central que desenvolve ao longo do seu trabalho (hipótese essa que, de diferentes modos e em diferentes circunstâncias, tem vindo a ser defendida também por outros autores). E essa hipótese é a de que «os paradigmas que estão na base dos diferentes perfis de professor e práticas pedagógicas, dos posicionamentos vários face ao envolvimento escola/família, escola/comunidade, ritmos de aprendizagem, pedagogia diferenciada, etc., são pouco mutáveis a partir de determinada altura da vida de uma pessoa» ... e que «esses paradigmas resultam de uma construção social assente no percurso social de vida do indivíduo porventura forjado mais na imitação de modelos e reprodução das ideias dos outros» (1999:21), do que no processo de formação de que vão usufruindo. Clarifica, a seguir, esta hipótese de trabalho, explicando que admite que as representações no modelo ideal do professor, de bom e de mau professor, resultam «de influência e referên-

cias várias, de caminhadas pessoais, circunstâncias idiossincráticas, marcos importantes e modelos de conduta que informam as atitudes e que estão ligadas à história de vida do indivíduo, por vezes mesmo mais do que à sua formação académica» (1999:22).

O seu trabalho desenvolve-se ao longo de três partes, que denomina «O estado da problemática», «As escolas e seus actores» e, finalmente, «Histórias de vida e identidades».

No primeiro capítulo da primeira parte, é feita uma interessante revisão de questões de tipo epistemológico e metodológico, em que Ricardo Vieira procura explicar os «germes do paradigma interpretativo antropológico», a fim de poder situar as opções que ele próprio fez ao desenvolver a sua pesquisa. E é assim que explica aos leitores (1999:45), citando Geertz, que «a explicação interpretativa» ... dirige a sua atenção para «todos os objectos usuais de interesse científico-social» que são significativos para os diferentes actores sociais e instituições, pelo que a investigação «não produz leis» (Geertz 1983:30-31). O autor explica, ainda, que, no quadro deste tipo de orientação, irá «estudar a interacção humana como um processo de comunicação intercultural, considerada como um fenómeno global que integra diversos modelos de comportamento que vão da palavra à distância interpessoal, passando pela mímica, pelo olhar e pelo gesto...» (1999:37), numa postura em que, e cita então Iturra, «não se pergunta, não se opina: escuta-se e vê-se com paciência necessária para reconstruir a epistemologia do outro até ao extremo de relativizar a própria» (1988a:14).

Todo este primeiro capítulo é um texto claro, interessante, bastante rico, de leitura muito útil, sobretudo para os que, ao iniciar um trabalho de pesquisa, pretendem fazer opções relativas ao quadro teórico e à metodologia que irão utilizar.

Depois de traçar um quadro teórico mais geral, Ricardo Vieira refere as metodologias que usou e que, na verdade, constituem um leque tão variado, que acabou por não desenvolver, neste trabalho, todos os dados então recolhidos: histórias de vida (que às vezes designa de *análises biográficas*) e observação participante acompanhada, por vezes, de filmagens e entrevistas várias, de que fez análises de conteúdo.

A seguir, ainda na parte que designa de «Estado da Problemática», desenvolve um longo capítulo que dedica à «Construção das mentalidades: os conceitos». Aqui, depois de discutir «Cultura e mentalidades», «O pluralismo cultural: multiculturalidade e interculturalidade», «História de Vida e Identidade» e «Representação social», Ricardo Vieira propõe também dois conceitos com que irá operar ao longo do seu trabalho: estes são os conceitos que lhe permitirão classificar os professores em dois grupos: os *trânsfugas* e os *oblatos*. Trata-se, à partida, de uma ideia que se apresenta como interessante. No entanto, ao ser usada, ela vem a revelar-se, de certo modo, impregnada de características um tanto redutoras. É que, na verdade, ela poderá, eventualmente, oferecer dificuldades, mais do que estímulos, à consecução daquela postura que Ricardo Vieira se propõe ter, apoiando-se em Iturra (p. 37), quando este autor diz (como atrás se referiu) que, neste tipo de trabalho,

«não se opina: escuta-se e vê-se com a paciência necessária para reconstruir a epistemologia do outro até ao extremo de relativizar a própria».

Ainda neste capítulo, o autor refere-se, brevemente, a «Transgressão, inconformismo e criatividade, ao problema da mudança» e a paradigmas de interpretação da mudança.

Numa segunda parte do seu livro, Ricardo Vieira faz a caracterização das escolas em que trabalhou e dos actores sociais que aí se movem. Trata-se, de novo, de um capítulo interessante, que nos permite *entrar* no seu campo de estudo, nos ajuda a compreendê-lo, quase a visualizá-lo, e que contém sugestões úteis e oportunas, sobretudo (e de novo) para aqueles que se estão a iniciar neste tipo de trabalho.

A terceira parte é dedicada à «História de vida e identidades». Esta é uma parte longa e importante, que permite ao leitor, não só aceder a uma maior compreensão das complexidades dos percursos da construção de diferentes identidades e de diferentes posturas face ao trabalho que existe no conjunto de professores de cada escola, mas também permite conhecer uma parte do processo da análise que foi feita destas histórias de vida. Constitui, assim, o registo da parte mais significativa e mais interessante do trabalho empírico realizado, cuja riqueza sugere que mereceria, talvez, que fosse suscitado um cruzamento mais aprofundado dos dados recolhidos com a hipótese principal, à volta da qual todo o trabalho se estrutura. E, recorde-se, esta é a ideia de que são situações, influência e «caminhadas pessoais, circunstâncias idiossincráticas, marcos importantes e modelos

de conduta que informam as atitudes e que estão ligados à história de vida do indivíduo, por vezes mais do que à sua formação académica» (1999:22).

Luísa Cortesão

AFONSO, ALMERINDO JANELA
(1999)

EDUCAÇÃO BÁSICA
– DEMOCRACIA E CIDADANIA
– DILEMAS E PERSPECTIVAS

Porto: Edições Afrontamento

O longo título desta pequena publicação é o *chapéu* de uma recolha de «textos produzidos em outras oportunidades», como informa o autor na Introdução, ligados pelo tema da educação ou escola básica.

O primeiro texto, intitulado «A escola de massas: escola pública, universal, obrigatória e democrática», são quatro páginas dedicadas à «génese e evolução da escola de massas» (p. 8). Conclui que «faz sentido que essa escolaridade mínima seja crescentemente reivindicada como um direito que incumbe aos Estados democráticos garantir, no quadro mais amplo da efectivação dos direitos humanos básicos» (p. 9).

O segundo texto, intitulado «O Estado-providência na educação em Portugal: os direitos sociais e culturais e a educação básica», aborda os resultados de alguns programas governamentais: o *Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Escolar* (PIPSE), lançado em 1988; o *Programa Educação Para Todos* (PEPT), lançado em 1991; e o *Projecto de*